

1885, Francisco Cabral, Domênio Magalhães (paralelo), Miguel de Almeida (jornalista), José de Sena (jornalista), Henrique (Bento) (jornalista),  
1886, Manoel Pereira, Carlos Antônio, GBA, Vera Magalhães, Dito Caspary, Bernardo Melo Franco, Roberto Calvete (jornalista), GBA, Manoel Pereira, João Gaspar,  
1887, Vera Magalhães, Fábio Oliveira, Paulo Costa, Bernardo Melo Franco, GBA, Carlos Alberto Sant'Anna, Eduardo Alencar, Paulo Cristóvão, 1888, Manoel Pereira, David Harsanyi, Bernardo Melo Franco

## ELIO GASPARI

elgasp@globo.com/gprias  
coluna@elgasp.com.br

### Elon Musk, o bilionário retrógrado

Elon Musk é um visionário bem-sucedido. Do nada, virou um dos homens mais ricos do mundo, acreditando no carro elétrico e em variantes da revolução tecnológica. Não inovou, como Thomas Edison, Henry Ford ou Steve Jobs. Prosperou com invenções alheias, como Cornelius Vanderbilt e Bill Gates. Não é pouca coisa. A diferença de outros magnatas americanos, decidiu pôr um pé na História com a arrogância chinfrim do filibusteiro William Walker, que invadiu a Nicarágua com uma tropa de mercenários e acabou fuzilado em 1860.

Musk decidiu desafiar o Supremo Tribunal Federal, descumprindo em sua plataforma X as decisões da Justiça brasileira. O ministro Alexandre de Moraes revistou incluindo-o no inquérito que investiga as milícias digitais.

Há alguma fanfarronice nas bandeiras políticas hasteadas por Musk. É um homem de direita e fletou com Jair Bolsonaro. Durante a pandemia, namorou a cloroquina. Tropeçou com falas antissemitas, mas Henry Ford também caiu nessa. Musk é uma versão tardia do filibusteiro Walker porque, em julho de 2020, reconheceu publicamente que apoiou o golpe contra o presidente boliviano Evo Morales.

— Nós vamos dar golpe em quem quiseremos. Lidem com isso.

Num caso raro de sinceridade, Musk admitiu que ajudou o golpe porque tinha interesse em explorar o litio boliviano, matéria-prima para as baterias de seus automóveis. Faz tempo empresários americanos apoiam golpes para proteger seus bananais. Musk quer golpes para garantir o fornecimento de litio.

Musk não defende a liberdade de expressão. Se essa bandeira fosse do seu agrado, teria desafiado a China de Xi Jinping. Ele gosta de holofotes e, por algum motivo, resolveu encarnar com a Justiça brasileira. Deu um mau passo, pois associou a defesa das plataformas de redes sociais ao golpismo explícito: "Lidem com isso".

Lidando com isso, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu ao seu colega, Arthur Lira que saia de cima do projeto que regula as plataformas digitais. Votado no Senado, ele dorme lá três anos na Câmara.

As big techs lutam contra essa regulamentação associando levandade à arrogância. Musk pode ter ajudado a destravar o debate. Com ele virão inevitavelmente propostas disfarçadas de censura. Uma agência do governo já se ofereceu para o papel de fiscal das redes. É meio caminho para a censura, mas deve-se reconhecer que, em janeiro de



2023, as redes sociais eram usadas para convocar golpistas para a "Festa da Selma", explicitamente para incentivar a invasão do Palácio do Planalto. Centenas de pessoas foram presas, mas nenhum diretor de big tech viu-se responsabilizado.

Se a "Festa da Selma" tivesse prevalecido, Musk poderia ter dito:

— Nós vamos dar golpe em quem quisermos.

O doutor levou água para o moinho de quem quer regulamentar as redes no inte-

resse do governo. Pena, porque, no limite, entre um fanfarrão como Musk e um comissário de olho nas limitações da liberdade de expressão, fortaleceu-se o comissário.

Nem todo defensor da liberdade das redes é um golpista como Musk, e nem todo golpista está de olho apenas nos próprios negócios. O doutor, como os americanos que anunciam a vida dos latino-americanos no fim do século XIX e no início do XX, é um golpista tardio, exibicionista primitivo.

## BERNARDO MELLO FRANCO

bmellofranco@brasilglobo.com.br

### Para as calendas

O truque já é manjado em Brasília. Quando os políticos querem jogar uma ideia para as calendas, anunciam a criação de um grupo de trabalho para debatê-la. Foi o que Arthur Lira fez ontem com o projeto de lei das redes sociais.

Depois de quatro anos de espera, o chefe da Câmara informou que a proposta não será mais levada ao plenário. Alegou que não haveria apoio político para aprová-la.

Segundo Lira, o relatório do deputado Orlando Silva "foi polemizado" e estava "fadado a não ir a canto nenhum". Com esse argumento, ele anunciou a formação de um grupo para rediscutir o tema "sem disputas político-ideológicas". Faltou explicar como fazer isso no Congresso, onde a política e a ideologia influenciam até a escolha da cor das gravatas.

Na prática, Lira enterrou a possibilidade de a Câmara aprovar regras antes da eleição municipal. A manobra atende ao interesse das grandes plataformas, que fazem lobby pesado para manter a internet como um território sem lei.

As big techs não estão sozinhas. A extrema direita também se opõe a qualquer tipo de regulamentação das redes. Afirma que isso significaria uma ameaça à liberdade de expressão. O discurso tem sido usado para proteger radicais que incitam o ódio, propagam notícias falsas e pregam golpe de Estado.

A ofensiva de Elon Musk deixou mais claro o que está em jogo. Novo herói dos bolsonaristas, o dono do ex-Twitter passou a fazer ataques constantes ao Supremo. Acusa a Corte de impor uma ditadura ao bloquear perfis de extremistas.

Todo tribunal é passível de críticas, mas o objetivo de Musk é avacalhar a Justiça e criar um ambiente para o descumprimento de suas decisões. Ontem a Comissão de Segurança Pública da Câmara, controlada pela bancada da base, aprovou uma moção de louvor e aplausos ao bilionário. A ver se o capitão será convidado a entregar a honraria.

Aotrava a regulação das redes, Lira força o Supremo a enfrentar mais um tema divisivo. No ano passado, os ministros chegaram a desmarcar um julgamento para deixar o Congresso decidir. Quando o caso foi retomado, o chefe da Câmara vai acusar a Corte de invadir sua praia.

## ROBERTO DAMATTA

rdamatta@globo.com/roberto  
coluna@robertodamatta.com.br

### Amizade

É uma palavra afetuosa e uma importante categoria cultural, num sistema movido a oposições de classe, cor e poder político, graças a um complicado pacto hierárquico de prerrogativas e privilégios. Numa sociedade cuja vida doméstica reproduz quase literalmente uma velha e abominável servidão escravocrata, amigos e amizade são, como cargos públicos, diplomas e alianças matrimoniais, mecanismos capazes de eventualmente desbaratar os abismos de cor, instrução, residência, dinheiro e poder.

Amigo — esse sujeito e objeto da amizade —,

um instrumento precioso num sistema em que se diz sem pensar que a gente faz tudo pelos amigos e despacha os inimigos e desconhecidos para a linha da desconsideração do anonimato e da impossibilidade dos infundados e barrocos processos legalísticos nem sempre legais...

Na sociedade que enlaça o universal e o pessoal em uma energia ambigüidade como sintoma de dúvida, mentira, má-fé ou dilema, a amizade é certeza, afeto e obrigação que muitas vezes perturba, porque implica fidelidade que ultrapassam o parentesco, a filiação partidária e ideológica até o bom senso.

Ter a coragem para tudo, menos a coragem de resistir aos amigos é, como elabora magistralmente Oliveira Vianna em seu ignorado "Pequenos estudos de psicologia social" (publicado em 1923), "talvez a síntese de toda a nossa psicologia política: é a incapacidade moral de cada um de nós para resistir às sugestões da amizade e da gratidão, para sobrepor às contingências do personalismo os grandes interesses sociais, que caracterizam nossa índole cívica e definem as tendências mais íntimas da nossa conduta no poder".

É justamente a amizade que, em seu personalismo, demanda a reciprocidade que obriga

a inventar um castelo mal-assombrado de procedimentos e foros legais cuja ambigüidade tem a função de "acomodar" a ética relacional da "pequena", contrariando a irresponsabilidade e a universalidade igualitária da cidadania.

Caberia questionar tanto os limites da amizade quanto o poder exagerado das leis, tendo como base não o pragmatismo elitista de nossa esfera jurídico-política, mas nosso real estilo de vida. Só assim seremos capazes de compreender o poder da amizade como instrumento de ascensão política e social, e, muito especialmente, de corrupção estrutural como traço inevitável e funcional do sistema.

Dessa perspectiva, a popularidade do poeta Manuel Bandeira está no fatóide, em Pasárgada, e sobretudo no Brasil, ser amigo do rei! Lá, como aqui, a amizade com o mandado é a chave que abre portas e promove todos os abusos legais que nos revoltam neste maravilhoso, dilemático e, pelo visto, imutável Brasil.

Nada melhor, pois, do que ser amigo do supremo magistrado; do vingativo coroado — e do também generoso e misericordioso que perdoa e anistia os conhecidos

Tal como nas ordenações Manuais e Filipinas em que a sentença de morte era abundante — ao lado das súplicas que perduravam. Tal como ocorre até hoje na esfera da política mais densa (apelidada pelo vulgo de politcalha), vemos que os amigos de hoje foram os inimigos de ontem. Perderam o senso, como diz outro poeta? Nada disso, apenas complacientemente mudaram de lado, o tinham e ele era mais um véu de aprisionamento feminino.

Ter o rei como amigo é o máximo. Mas, e se o rei promete le-foder? Fazer o quê? Sair de Pasárgada? Solicitar residência em Miami, esse santuário dos bem de vida?

Não sei o que pensar quando acompanho o periplo do destino da Operação Lava Jato. Investigação comparada ao movimento tenentista, hoje ilegal e comandada por bandidos. Quem sabe se Pasárgada não é um xadrez que comanda o crime e, de laminação, tornou-se uma eficiente pós-graduação do crime?